

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.828 - RS (2019/0312885-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**
ADVOGADOS : **GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI - RS074909**
: **RODRIGO FRASSETTO GÓES - SC033416**
: **ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - AL013983**
RECORRIDO : **OZIEL DE MELO**
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DO DEVEDOR EM MORA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR NÃO ENTREGUE. SÚMULA 83/STJ. DEMAIS QUESTÕES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fl. 105):

APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NÃO FOI DEMONSTRADA A REGULAR CONSTITUIÇÃO DO CONSUMIDOR EM MORA, TENDO EM VISTA QUE A NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO FOI RECEBIDA, SOB A ANOTAÇÃO “OBJETO SEM ENTREGA DOMICILIAR”. DE IGUAL SORTE, NÃO HOUE O PROTESTO DO CONTRATO CELEBRADO ENTRE OS LITIGANTES. ASSIM, IMPÕE-SE A CONFIRMAÇÃO DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.
APELAÇÃO DESPROVIDA.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 110-124), a recorrente aponta ofensa aos arts. 10 e 321 do Código de Processo Civil de 2015; bem como dissídio jurisprudencial.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta, em síntese, que a notificação da mora foi encaminhada ao endereço informado pelo devedor no contrato e que, por isso, é válida. Alega que deveria ter sido aberto prazo para emenda à inicial.

Não foram apresentadas as contrarrazões.

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fls. 144-148).

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso, consignou o seguinte (e-STJ, fl. 103):

A ação de busca e apreensão tem por pressuposto a comprovação do inadimplemento do contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária e a demonstração da constituição do consumidor em mora, consoante disposto no artigo 3º do Decreto-Lei n. 911/1969. No caso em comento, no entanto, não houve a constituição do consumidor em mora, tendo em vista que a notificação extrajudicial enviada ao endereço indicado no momento da celebração do negócio jurídico não foi entregue, tendo sido devolvida com a anotação objeto sem entrega domiciliar.

Ademais, cumpre destacar que não houve o protesto do contrato celebrado entre os litigantes.

Dessa forma, não tendo sido regularmente constituído o consumidor em mora, não há falar em reforma da sentença.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para a busca e apreensão nos contratos de alienação fiduciária, **imperiosa a comprovação da mora por meio da notificação extrajudicial do devedor**, realizada por intermédio de carta registrada, enviada por Cartório de Títulos e Documentos, **e entregue no domicílio do devedor, dispensando-se a notificação pessoal.**

Precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENDEREÇO INDICADO NO CONTRATO. ENVIO. CONSTITUIÇÃO EM MORA. ENTREGA NÃO COMPROVADA. SÚMULA Nº 568/STJ. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. É válida a notificação extrajudicial, para a constituição em mora do devedor, desde que entregue no endereço de seu domicílio por via postal, com aviso de recebimento. Súmula nº 568/STJ.

3. Acolher a pretensão recursal para afirmar que a notificação foi

Superior Tribunal de Justiça

efetivamente entregue no domicílio do devedor demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, medida inviável ante a natureza excepcional da via eleita (Súmula nº 7/STJ).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1448000/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/09/2019, DJe 12/09/2019)

Dessa forma, encontrando-se o acórdão impugnado em consonância com a jurisprudência desta Corte, inarredável a incidência da Súmula 83/STJ, a obstar a análise do reclamo por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

No tocante ao argumento de que deveria ter sido aberto prazo para emenda à inicial, verifica-se que seu conteúdo normativo não foi objeto de apreciação pelo Tribunal *a quo*. Portanto, ausente o prequestionamento, entendido como a necessidade de ter o tema objeto do recurso sido examinado na decisão atacada.

O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Incide, ao caso, as Súmulas 282 e 356 do STF.

É nesse sentido o entendimento desta Corte:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NOTIFICAÇÃO PESSOAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. ENCARGO ABUSIVO NO PERÍODO DA ANORMALIDADE CONTRATUAL. SÚMULA N. 83/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 779.155/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe 26/11/2015)

Diante do exposto, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

